

Narrativa Nacional de Moçambique incluída no Relatório de Tráfico de Pessoas de 2014

MOÇAMBIQUE – Nível 2

Moçambique é um país de fonte, trânsito, e em menor medida, destino de homens, mulheres e crianças sujeitas a trabalho forçado e a tráfico para fins sexuais. O uso de trabalho infantil forçado é comum na agricultura e no comércio nos mercados, frequentemente com a cumplicidade dos membros de família. Mulheres e raparigas de áreas rurais, atraídas para as cidades em Moçambique com promessas de emprego ou de educação, são exploradas em servidão doméstica e no comércio sexual. As raparigas moçambicanas são exploradas na prostituição em bares, clubes de beira da estrada e restaurantes em cidades fronteiriças e locais de paragem nocturna ao longo do corredor de transporte a sul de Moçambique que liga Maputo, a Suazilândia e a África do Sul. A prostituição infantil—mais prevalente em Maputo, Nampula, e Beira—está a aumentar em Maputo, Beira, Chimoio, e Nacala, cidades com populações altamente móveis e números elevados de condutores de camiões. Um estudo pela UNICEF divulgado recentemente em 2013 reportou trabalho forçado e prostituição de crianças moçambicanas na cidade fronteiriça de Ressano Garcia. À medida que trabalhadores e outros migram para Tete e Cabo Delgado em virtude de razões económicas, assumindo postos de trabalho nas indústrias extractivas em crescimento nas províncias, acabam por aumentar a procura por serviços sexuais e a vulnerabilidade da exploração de crianças na prostituição dentro das comunidades circundantes. Algumas mulheres e crianças do Zimbabué, Suazilândia e Malawi que voluntariamente imigram para Moçambique são subsequentemente sujeitas a tráfico sexual ou servidão doméstica.

Jovens e rapazes moçambicanos são sujeitos a trabalho forçado nas machambas, nas minas, ou como vendedores de rua na África do Sul, onde frequentemente trabalham durante meses sem remuneração e sob condições de coerção, antes de serem denunciados à polícia para deportação como emigrantes ilegais; por vezes, moçambicanos regressam da África do Sul para recrutar homens e rapazes para esses propósitos. Rapazes moçambicanos emigram para a Suazilândia para trabalharem lavando carros, tomando conta de rebanhos de gado, e vendendo bens; alguns tornam-se subsequentemente vítimas de trabalho forçado. Alguns adultos e crianças moçambicanas são coagidos a trabalho forçado e prostituição forçada em Angola, Itália e Portugal. As redes de tráfico moçambicanas ou sul-africanas são tipicamente informais; estão também alegadamente activos em Moçambique sindicatos maiores de tráfico chineses e nigerianos. Segundo alguns relatos, os traficantes do sul da Ásia que movem emigrantes sul-asiáticos não documentados através de África, transportam-nos através de Moçambique; relatos recentes indicam que cidadãos e empresas sul-asiáticas em Moçambique pagam os custos iniciais de viagem de cidadãos ilegais do Bangladesh e do Paquistão que posteriormente mantêm em trabalho forçado para pagamento das dívidas.

O Governo de Moçambique não cumpre na totalidade com os padrões mínimos para a eliminação do tráfico; no entanto, está a envidar esforços significativos para o fazer. O governo reportou acções judiciais vigorosas e contínuas contra ofensas de tráfico, liderando a região da

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e desencorajando fortemente os potenciais traficantes através de sentenças significativas; um dos réus recebeu uma sentença de 19 anos de prisão pela escravidão dos seus membros de família na África do Sul. A Procuradoria-geral da República continua a servir como o líder anti-tráfico de facto do governo, patrocinando o estabelecimento de órgãos de coordenação, conhecidos como “grupos de referência” em sete províncias—facilitando a cobertura nacional completa—e continuando os seus esforços de finalização de um plano de acção nacional para combater o tráfico, incluindo a implementação de regulamentos. O governo continuou a sua cooperação forte com os oficiais sul-africanos, coordenando reuniões transfronteiriças e campanhas de sensibilização, e mais notavelmente, apoiando investigações de casos e supervisão dos cuidados às vítimas em diversos casos de tráfico transnacionais. A disposição pelo governo de serviços de protecção continuou fraca. Apesar da promulgação de uma lei de protecção às vítimas e do desenvolvimento de um mecanismo de referência para vítimas de todos os crimes em 2012, o governo demonstrou uma capacidade limitada de prestação de serviços às vítimas ou de rastreio do número de vítimas identificadas, encaminhadas e assistidas. O governo continuou a prestar algum apoio em género a uma ONG que protege as vítimas, mas os serviços de protecção permanecem insuficientes e esporádicos a nível nacional.

Recomendações para Moçambique:

Finalizar e implementar o plano de acção nacional, incluindo os regulamentos necessários para a implementação das disposições de protecção e prevenção da lei anti-tráfico de 2008; desenvolvimento de um sistema formal proactivo de identificação de vítimas de tráfico entre as populações vulneráveis; capacitação da unidade anti-tráfico da polícia, da inspecção do trabalho, e dos Gabinetes de Assistência às Mulheres e Crianças Vítimas (GAMC) para investigação de casos de tráfico e disponibilização de protecção de curto prazo às vítimas; expansão da disponibilidade de serviços de protecção para vítimas através do aumento do financiamento ao Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS) e ONGs; continuação da formação de oficiais da aplicação da lei na identificação de vítimas, particularmente em postos fronteiriços; monitorização do alegado crescimento do comércio sexual nas províncias de Tete e de Cabo Delgado e formação de oficiais na investigação e instauração de acções judiciais contra os facilitadores de prostituição infantil ou forçada; investigação de casos de cumplicidade oficial em tráfico humano e instauração de acções judiciais vigorosas contra os implicados em ofensas de tráfico; consideração do estabelecimento de um órgão interministerial de coordenação de esforços anti-tráfico a nível nacional; instituição de um sistema unificado de recolha de dados sobre casos de tráfico para uso por todas as partes interessadas; e lançamento de campanhas de sensibilização anti-tráfico em províncias adicionais.

Acções judiciais

O governo continuou a envidar esforços significativos de aplicação da lei anti-tráfico. A Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas, promulgada em 2008, proíbe o recrutamento ou facilitação da exploração de uma pessoa para efeitos de prostituição, trabalho forçado, escravidão, ou servidão involuntária por dívida. O Artigo 10 prevê penalizações de 16 a 20 anos de prisão por estas ofensas, penalizações que são suficientemente fortes e excedem as prescritas por outros crimes graves, como violação.

O governo continuou a compilar dados sobre a aplicação da lei anti-tráfico; no entanto, não providenciou detalhes sobre casos específicos ou reportou o número de investigações e acções judiciais iniciadas em 2013. Durante o ano, dois réus foram absolvidos e 24 foram condenados—aproximadamente o equivalente às 23 condenações obtidas em 2012; no entanto, já que a lei anti-tráfico de 2008 inclui proibições contra o tráfico de órgãos, que se sabe existir em Moçambique, o total de casos inclui casos para além do tráfico sexual e para trabalho forçado. Todas as sentenças incluíram penas de prisão entre os 10 meses e os 19 anos. Num caso, o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo sentenciou um condenado a um termo de prisão de 19 anos pelo transporte de duas netas para a África do Sul para efeitos de prostituição forçada. Apesar deste caso, os oficiais notaram que as denúncias e julgamentos de casos são frequentemente inibidos pelo envolvimento de membros de família nos esquemas de tráfico.

O governo, em parceria com a UNICEF, continuou a oferecer um curso anti-tráfico com a duração de duas semanas no centro de formação policial, dirigidos a todos os novos recrutas policiais, guardas fronteiriços, agentes da migração e alfândegas, e polícia de intervenção rápida. Em 2013, aproximadamente 5.000 recrutas frequentaram esse curso, que cobriu o reconhecimento de casos de tráfico, a protecção das vítimas, os direitos da criança, e a lei de custódia infantil. Adicionalmente, 50 juizes receberam formação sobre tráfico no Centro de Formação Jurídica e Judiciária. Como parte de duas acções de formação financiadas por doadores, a Procuradoria-geral da República organizou um seminário em Maio de 2013 para 30 procuradores de vários pontos do país sobre como julgar casos de tráfico ou usar outras disposições legais se a ofensa de tráfico não for provada. Em Novembro de 2013, os GAMC organizaram uma sessão de uma semana com 40 procuradores e membros da polícia de investigação criminal sobre a forma de melhorar os esforços de resposta ao tráfico, incluindo identificação dos casos e técnicas para acções judiciais. No entanto, as técnicas de investigação policial, a formação, capacidade e habilidades forenses permanecem fracas, particularmente fora da capital. O governo não reportou quaisquer investigações, acções judiciais, ou condenações de funcionários governamentais cúmplices em tráfico de seres humanos ou ofensas relacionadas com o tráfico, incluindo daqueles subornados para permitir que os traficantes e contrabandistas movam pessoas dentro do país e através das fronteiras nacionais para a África do Sul e Suazilândia. Adicionalmente, durante o período objecto deste relatório, surgiram alegações de funcionários prisionais que forçaram mulheres a actos sexuais em troca de comida e abastecimentos necessários, embora oficiais tenham negado essas alegações. Durante o ano, o governo continuou a sua forte cooperação com a África do Sul mantendo três reuniões transfronteiriças com oficiais da equipa de trabalho anti-tráfico da Província de Mpumalanga na África do Sul, para discutir o repatriamento de crianças, incluindo vítimas de tráfico infantil, e investigar em conjunto e prestar supervisão ao cuidado das vítimas num caso corrente em julgamento em Nelspruit, África do Sul.

Protecção

O Governo de Moçambique manteve esforços limitados para proteger as vítimas de tráfico. O governo não possuía procedimentos formais para a identificação de potenciais vítimas de tráfico e não conseguiu providenciar informação detalhada sobre os números identificados e assistidos durante o ano. Oficiais governamentais continuaram a depender de ONGs para providenciar abrigo, aconselhamento, alimentação, e reabilitação às vítimas, e ofereceram apenas apoio governamental limitado em géneros. Uma ONG geriu o único abrigo permanente do país para

vítimas de tráfico infantil, tendo o MMAS financiado os salários do pessoal do abrigo e o distrito da Moamba providenciado o terreno. Os psicólogos do MMAS no abrigo coordenaram tanto a busca pelas famílias das vítimas de tráfico como, se necessário, a sua colocação em famílias de acolhimento; previamente ao regresso ou colocação, prestaram aconselhamento a crianças e famílias, que também puderam receber financiamento governamental, determinado caso a caso. Em 2013, duas vítimas repatriadas da África do Sul receberam cuidados neste abrigo gerido pela ONG e oficiais do MMAS coordenaram o seu regresso a casa.

O GAMC do Ministério do Interior continuou a operar instalações em mais de 215 esquadras e 22 centros “Vítimas de Violência” através do país que providenciaram abrigo temporário, alimentação, aconselhamento limitado e monitorização no seguimento da reintegração das vítimas de crime; desconhece-se se as vítimas de tráfico receberam esses serviços durante o ano. Membros de pessoal do GAMC também encaminharam e transportaram vítimas para ONGs e famílias de acolhimento para assistência a longo prazo. O Instituto de Apoio Judiciário ofereceu assistência legal para mulheres e crianças vítimas de abuso, mas não providenciou essa assistência a vítimas de tráfico durante o ano. Em 2013, o Ministério da Justiça elaborou um plano de acção, para guiar os esforços do Gabinete Central de Protecção à Vítima e delinear a implementação da Lei de 2012 sobre a Protecção de Vítimas, Denunciantes, Testemunhas e outros sujeitos processuais; esses esforços incluiriam as vítimas de tráfico e aquelas que cooperassem com agências de aplicação da lei na investigação e julgamento de casos de tráfico humano. O Mecanismo Multissectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência, aprovado em 2012, salientou o papel de cada ministério na prestação de assistência às vítimas de violência, incluindo vítimas de tráfico; no entanto, isto não iria cobrir as vítimas de tráfico do sexo masculino. O governo não reportou melhorias nos seus esforços de assistência a vítimas em resultado de novas disposições, seja da lei de 2012 ou do mecanismo multissectorial e continuou sem possibilidades de recolher dados sobre a prestação de serviços às vítimas.

O governo encorajou as vítimas a assistir na investigação e julgamento de criminosos do tráfico. Por exemplo, a polícia de Moçambique cooperou com oficiais sul-africanos na investigação de um caso de tráfico descoberto no período coberto pelo anterior relatório, e a Procuradoria-geral da República—no seu papel de liderança de facto—trabalhou com as autoridades sul-africanas para providenciar protecção adequada às vítimas que permaneceram sob os seus cuidados em apoio à investigação contínua. O governo não providenciou estatuto de residência temporário ou alternativas legais à remoção de vítimas estrangeiras para países onde pudessem enfrentar dificuldades ou retaliações e continuou a deportar os estrangeiros sem os rastrear para verificar se seriam potenciais vítimas de tráfico. Os contactos das ONGS reportaram não ter havido incidentes de vítimas de tráfico que tenham sido detidas, multadas, ou encarceradas por actos ilegais cometidos em resultado de terem sido traficadas, e a lei anti-tráfico de 2008 isentou as vítimas contra acções judiciais por esses actos. Não obstante, a falta de procedimentos de identificação formal debilitaram a capacidade do governo assegurar que nenhuma vítima de tráfico fosse penalizada inadvertidamente.

Prevenção

O governo manteve os seus esforços sólidos de prevenção do tráfico de pessoas com o estabelecimento de órgãos de coordenação em sete províncias e organização de diversos eventos de sensibilização. A Procuradoria-geral da República trabalhou com o Ministério da Justiça para

elaborar um plano de acção nacional sobre o tráfico de pessoas, que delineará os papéis de todos os ministérios envolvidos e terá o mesmo efeito dos regulamentos de implementação. O governo não tinha finalizado o plano e não o tinha submetido à aprovação do Conselho de Ministros no final do período reportado. Embora o governo não tenha um único órgão nacional para a coordenação dos esforços anti-tráfico entre ministérios, a Procuradoria-geral da República continuou a demonstrar liderança na supervisão dos esforços nacionais anti-tráfico. Por exemplo, em 2013, a Procuradoria-geral da República entrou em parceria com os governos provinciais e patrocinou o estabelecimento de “grupos de referência” interministeriais em sete províncias, que consistiam de oficiais provinciais, polícia, guardas fronteiriços, assistentes sociais, ONGs e organizações de base religiosa. Os grupos de referência coordenaram os esforços regionais de abordagem de crimes de tráfico, violência doméstica, e abuso infantil. Em 2013, os grupos de referência em Nampula, Xai-Xai, e Ressano Garcia organizaram campanhas de sensibilização, tendo procuradores e policiais participado em marchas através das capitais regionais, alcançando centenas de membros comunitários. Durante o ano, o GAMC formou grupos de interesse em escolas seleccionadas de Maputo para a realização de actividades de sensibilização para mais de 3.500 professores, estudantes, e encarregados de educação sobre a prevenção do tráfico de pessoas. Embora o Ministério do Trabalho reconheça que o trabalho infantil é penetrante e muitas vezes abusivo, empregou um número inadequado de inspectores laborais, com falta de formação e de recursos para monitorar adequadamente as violações de tráfico infantil e outras violações laborais, especialmente nas machambas nas áreas rurais. O governo não efectuou um esforço para reduzir a procura por serviços sexuais comerciais durante o ano.